



# Anais da Assembleia

Nº 128

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE OUTUBRO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 93.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1990  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Artagão Mattos Leão.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, e Vera Agibert (47).

Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: David Cheriegate, João Arruda, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Pedro Tonelli, Rafael Greca e Valderi Mendes Viçela (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor

Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

32 Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte.

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação aos Projetos de Lei ns. 498, 494 e 470/90, em votação na Ordem do Dia desta Sessão Plenária, igualmente o Projeto n. 266.

Sala das Sessões, em 29.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO Nº 2423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar possíveis irregularidades na área da Secretaria da Saúde, REQUER, ouvido o Plenário, seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o imediato afastamento do Senhor Manoel Antônio Almeida Neto, das funções de Secretário de Estado da Saúde, até que se apurem as irregularidades que vêm sendo apontadas em sua Pasta.

São tão graves as acusações contidas em depoimentos e documentações apresentadas junto a esta Comissão, e colocam tal nível de suspeição nas atividades exercidas pelo Senhor Secretário, que seria, no mínimo, insensato mantê-lo à testa daquela Secretaria, pelo menos até que seja esclarecida a verdade dos fatos.

Sala das Sessões, em 29.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2422

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia, de um voto de profundo pesar e solidariedade, pelo falecimento do advogado e ex-Deputado Estadual RUI FERRAZ DE CARVALHO. Requer, outrossim, da decisão da Casa seja dado conhecimento à viúva, Dona Lenita de Castro Ferraz, à Rua Francisco Rocha, 869, nesta capital.

Sala das Sessões, em 29.10.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Causou grande pesar o falecimento, ocorrido hoje, nesta Capital, do Dr. Rui Ferraz de Carvalho, pessoa de larga estima e conceito em todo o Estado.

Mineiro de Carangola, muito jovem ainda o extinto veio para o Norte do Paraná, estabelecendo-se em Londrina. Aí passou a advogar, além de se dedicar ao magistério, como mestre respeitado no então Colégio Londrinense. Foi Deputado Estadual, eleito pela extinta UDN. Mais tarde, já residindo em Curitiba, presidiu a seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, gozando do melhor conceito nos meios jurídicos do Estado. Foi, também, Procurador Geral do Estado-Chefe do Ministério Público, Secretário da Justiça e dos Recursos Humanos, além de ter integrado o quadro de Procuradores da Assembléia Legislativa, em cujo cargo se aposentou.

Rui Ferraz de Carvalho deixa viúva, dona Lenita de Castro Carvalho, as filhas Maria Helena e Maria Elisa, casadas, respectivamente, com o empresário Ivo Almeida e com o médico e superintendente do IPE, Jaime Paciornick.

Pela sua figura de jurista e homem público, Rui Carvalho conquistou o respeito e a admiração dos paranaenses, sendo portanto, da maior justiça o reconhecimento também desta Casa a qual ele pertenceu.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 115/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O artigo 39 do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso:

"Artigo 39 - .....  
XXI - Assuntos Municipais."

Art. 2° - A Comissão de Assuntos Municipais compete opinar sobre as matérias atinentes aos municípios paranaenses, bem como desenvolver atividades visando promo-

ver o desenvolvimento das comunidades de nosso Estado.

Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.90.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Em anexo Projeto de Resolução n° 79/84, apresentado na data de 16 de abril de 1984.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 79/84

Súmula: Acrescenta inciso que especifica ao Art. 39 do Regimento Interno.

Art. 1° - O Art. 39 do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso:

"Art. 39 - .....

XXI - Assuntos Municipais."

Art. 2° - A Comissão de Assuntos Municipais compete opinar sobre as matérias atinentes aos municípios paranaenses, bem como desenvolver atividades visando promover o desenvolvimento das comunidades de nosso Estado.

Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.84.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

O problema atinente aos municípios paranaenses é constantemente aventado nesta Assembléia Legislativa que acrescente de Comissão Técnica específica para poder opinar sobre tão importante assunto não só para o nosso Estado como também para o nosso País.

Este Projeto de Resolução vem suprir uma lacuna aprimorando a eficácia de atuação deste Poder Legislativo nos assuntos municipalistas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 79/84

P A R E C E R:

Submete-se à deliberação desta Comissão, projeto de resolução de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, pretendendo acrescentar inciso ao art. 39 do Regimento Interno, deste Poder Legislativo.

A referida proposição vem acompanhada de ampla justificativa que nos convence da oportunidade da medida pleiteada.

Sob o aspecto constitucional e legal, e ainda quanto à forma, a propositura está conforme.

Nada há, portanto, que obste a sua aprovação, razão pela qual opinamos favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO - Relator

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 536/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Transporte Escolar.

Art. 2° - O Programa Estadual de Transporte Escolar será integrado pelas Secretarias de Estado da Educação e dos Transportes, e pelas Prefeituras Municipais de todo o Estado.

§ 1° - O Programa Estadual de Transporte Escolar poderá, através da celebração de convênios, estabelecer programas de Transporte Escolar entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais.

§ 2° - As Secretarias de Estado da Educação e dos Transportes, manterão o Programa Estadual de Transportes Escolar através de um regulamento aprovado pelo Governador do Estado.

Art. 3° - O Programa Estadual de Transportes Escolar tem por finalidade promover os meios necessários visando proporcionar o transporte Escolar aos estudantes da rede Estadual de ensino de 1° e 2° graus.

Art. 4° - Os recursos para o Programa Estadual de Transportes Escolar serão constituídos de:

I - Dotações anuais do Governo do Estado, consignados no orçamento estadual, e créditos adicionais que lhes sejam atribuídos;

II - Recursos financeiros e materiais provenientes de auxílios, subvenções, contribuições, doações, transferências e participação em convênios;

III - saldos de exercícios anteriores;

IV - Recursos de convênios de cooperação técnica e financeira com entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais;

V - Recursos de outras fontes ligadas à Educação e aos Transportes.

Art. 5° - A organização e o funcionamento do Programa Estadual de Transportes Escolar será estabelecido por normas constantes em Decreto, na forma do art. 2°, § 2°.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.90.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Em anexo, o Projeto de Lei n° 251/85, apresentado em Plenário, na data de 02 de outubro de 1985.

PROJETO DE LEI N° 251/85

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Transporte Escolar.

Art. 2° - O Programa Estadual de Transporte Escolar será integrado pelas Secretarias de Estado da Educação e dos Transportes, e pelas Prefeituras Municipais de todo o Estado.

§ 1° - O Programa Estadual de Transporte Escolar poderá, através da celebração de convênios, estabelecer programas de Transporte Escolar entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais.

§ 2° - As Secretarias de Estado da Educação e dos Transportes, manterão o Programa Estadual de Transportes Escolar através de um regulamento aprovado pelo Governador do Estado.

Art. 3° - O Programa Estadual de Transportes Escolar tem por finalidade promover os meios necessários visando proporcionar o transporte Escolar aos estudantes da rede Estadual de ensino de 1° e 2° graus.

Art. 4° - Os recursos para o Programa Estadual de Transportes Escolar serão constituídos de:

I - dotações anuais do Governo do Estado, consignados no orçamento estadual, e créditos adicionais que lhes sejam atribuídos;

II - recursos financeiros e materiais provenientes de auxílios, subvenções, contribuições, doações, transferências e participação em convênios;

III - saldos de exercícios anteriores;

IV - recursos de convênios de cooperação técnica e financeira com entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais;

V - Recursos de outras fontes ligadas à Educação e aos Transportes.

Art. 5° - A organização e o funcionamento do Programa Estadual de Transportes Escolar será estabelecido por normas constantes em Decreto, na forma do art. 2°, § 2°.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.85.

(a) RUBENS BUENO

**JUSTIFICATIVA:**

Um dos setores da vida nacional, que mais sofreu com as ações castrantes e arbitrárias do regime militar, foi, sem dúvida nenhuma, o educacional. A comercialização do ensino, a falta de planejamento capaz de equacionar a demanda educacional, os constantes aumentos das mensalidades escolares e do material didático, foram artifícios usados durante duas décadas.

Há, portanto, atualmente, uma evidente intenção de reverter este quadro, através do advento de uma nova filosofia de Governo, em que os problemas educacionais passam a ser amplamente debatidos. E neste sentido tornar a escolarização acessível a toda a população, mormente a paranaense.

No nosso Estado existe uma vasta parcela da população a quem a escolarização se torna, quando não impossível, pelo menos muito difícil. As estatísticas informam-nos que, de cada 100 alunos que ingressam nas escolas do Paraná, apenas 8 conseguem alcançar a terceira série do segundo grau. Esta deserção maciça, idêntica a cada ano, sugere de imediato a violência dos problemas sócio-culturais e sócio-econômicos que dilaceram a estrutura da sociedade brasileira e paranaense, no caso. Embora o sistema de ensino estadual esteja capacitado a absorver toda a população escolar, nem sempre o aluno dispõe de meios para ocupar o banco escolar, um direito seu!!

Refiro-me especificamente à precariedade existente no transporte de estudantes da zona rural para estudar em centros urbanos. Tal fato vem ocorrendo principalmente devido à enorme diferença na proporção do número de escolar de 1º e 2º graus na área rural. Enquanto das 12.350 escolas de 1º grau do Estado, 9.750 situam-se na zona rural; no que diz respeito aos estabelecimentos de 2º grau, das 550 escolas estaduais, apenas 6 se situam fora das áreas urbanas. Fica a pergunta: após terminar o 1º grau, o estudante carente da zona rural terá condições de se deslocar, diariamente, até um centro urbano para prosseguir seus estudos de 2º grau?

É evidente que não. Nas regiões de nossa atuação parlamentar, temos constatado uma crescente dificuldade por parte das Prefeituras, que sensíveis ao problema, tomaram para si a tarefa de manter o transporte escolar entre a área rural e urbana do município. Desnecessário se torna aqui salientar a situação de extrema penúria e endividamento em que se encontram as municipalidades brasileiras. As

Prefeituras não têm como arcar com mais este pesado ônus: falta veículo para o transporte, e quando há, a Prefeitura não tem recursos para o combustível.

Em decorrência disso, uns dias o estudante consegue assistir às aulas, enquanto em outros não o pode fazer por falta de condução. A dependência direta de um transporte, que nem sempre aparece, transforma o prosseguimento do estudo daquelas crianças em verdadeira aventura, exigindo delas um esforço sobre-humano para acompanhar o ritmo das aulas. Surge aí a evasão escolar em toda a crueza das estatísticas, desafio a ser vencido por especialistas de ensino e pelos responsáveis pela política expansionista do setor educacional no Paraná.

Urge portanto uma tomada de decisão, destinada a minimizar ou até a reverter por completo o problema da precariedade do transporte escolar. A democratização da escola só se conseguirá efetivamente a partir do momento em que todos os estudantes tiverem acesso aos bancos escolares.

Daí a nossa intenção de implantarmos este Programa Estadual de Transporte Escolar, o qual deveria ser, em princípio, articulado em conjunto com as Secretarias de Estado da Educação e dos Transportes, em convênio com as Prefeituras Municipais.

Solicitamos portanto, aos nobres Pares, o necessário apoio a esta proposição, para que as altas diretrizes do Governo José Richa continue prestando e ampliando os serviços destinados ao processo educacional.

A juventude do Paraná, futuro do Estado no amanhã, não pode continuar na dependência da inexistência de meios materiais que lhe permitam acesso à formação. Tenho a certeza de que este Programa Estadual de Transporte Escolar encontrará todo o apoio por parte da comunidade paranaense em geral. A EDUCAÇÃO É UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO.

**PROJETO DE LEI N° 251/85**

**P A R E C E R:**

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Transporte Escolar.

A medida visa beneficiar enorme parcela do estudantado, basicamente da zona rural, que encontram como uma das dificuldades para o acesso aos bancos escolares, a absoluta precariedade para o seu transporte. Possui, portanto, elevado alcance social.

Embora seja medida meramente autorizatória, a matéria fere preceito constitucional.

Com efeito, a necessidade de dotação orçamentária própria, com recursos defini-

dos pelo Governo do Estado, implicam em aumento de despesa.

Como evidencia a Carta Magna Estadual, toda matéria de natureza financeira, que necessite ou determine aumento de despesa, é prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo a iniciativa.

Assim sendo, em que pese a importância e o cunho profundamente social da medida proposta, nos vemos constrangidos a manifestar o nosso parecer contrário, opinando pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 06.11.85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

(a) TRAJANO BASTOS

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 251/85

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Transporte Escolar.

A medida visa o benefício de grande parcela de estudantes, principalmente aqueles da zona rural, que encontram grandes dificuldades para locomoverem-se de suas casas para os bancos escolares.

Mesmo contrariando o disposto no artigo 25, § 1°, letras "a" e "b", e artigo 47, item I, da Constituição Estadual, a matéria configura-se de grande importância e de alto valor social, e em sendo seu cunho meramente autorizatório, nosso parecer é FAVORÁVEL, esperando que a sanção governamental venha a sanar vício de origem que por ventura possa existir.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.89.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

Presidente

(a) HOMERO OGUIDO

Relator

#### REQUERIMENTO N° 123/86

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa, REQUER à Mesa que, após ouvido o soberano Plenário, passam a tramitar em regime de urgência os Projetos de Lei n° 322/85 (Denomina de Estrada Vereador Guido de Matos Rodrigues o trecho da PR-323 entre Terra Boa e o Distrito de Marlu); 37/86 (Declara de Utilidade Pública a Congregação das Mães Cristãs de Mariluz); 265/85 (Declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iretama); 330/85 (Denomina Rodovia Luiz Vitorino Marques a estrada que liga a PR-479 a Moreira Sales e Tuneiras do Oeste); 306/85 (Declara de Utilidade Pública

a Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Campina da Lagoa); 56/86 (Denomina Rodovia Vereador Jocelino Pereira dos Santos à Rodovia que liga Goioerê a Nova Aurora); e 329/85 (que dispõe sobre a abertura de concurso, reservando 50% das vagas concedidas aos policiais civis pertencentes ao Quadro de Polícia Civil do Estado).

Sala das Sessões, em . . . 86

(a) RUBENS BUENO

#### PROJETO DE LEI N° 537/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE CANTAGALO", com sede e foro no município de Cantagalo.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

A "ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE CANTAGALO, criada em 1989 e registrada em cartório competente de Guarapuava, objetiva promover o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados; a organização mercadológica das compras e vendas de insumos e produção de seus associados; a prestação de serviços de transporte, beneficiamento, armazenagem, classificação, embalagem e outros necessários à produção dos seus associados.

#### PROJETO DE LEI N° 538/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Acrescente-se o item 3 ao inciso II, Grupo "B", do artigo 23, da Lei n° 8.933/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 -

I - Grupo "A"

II - Grupo "B"

1 - ...

2 - ...

3 - Os fertilizantes (insumos) agrícolas."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Raul Lopes

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei, tem por finalidade incentivar a fertilização das terras paranaenses para aumento da produção e conseqüente aumento de receita nos cofres do Estado.

**PROJETO DE LEI N° 539/90**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder em caráter de utilização gratuita, à União dos Escoteiros do Brasil - Grupo "Baden Powell", o porão do imóvel pertencente à FASPAR, situado na Unidade Social Oficial Diva Pereira Gomes, na Avenida Anita Garibaldi, 2.395 - Guarda Mirim.

Parágrafo Único - O cessionário deverá utilizar o imóvel referido neste artigo exclusivamente para a instalação da sede do Grupo Escoteiro "Baden Powell", onde serão realizadas as reuniões dos escoteiros, bem como as demais atividades a eles relacionadas.

Art. 2° - A vigência do Termo de Cessão de Uso em tela, terá início a partir da publicação da presente lei e término quando aprouver à Administração Pública.

Sala das Sessões, em 29.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim, sediado na Avenida Anita Garibaldi, número 2.395, possui na ala velha de suas dependências um porão não utilizado e inservível para suas atividades, inclusive com entrada independente das demais instalações.

O presente projeto de lei tem por finalidade permitir o uso de parte dele para o Grupo Escoteiro "Baden Powell" que atualmente encontra-se sem um local apropriado para as suas reuniões.

Certos de vosso patriótico empenho no sentido de aperfeiçoar a formação dos jovens para um Brasil melhor, contamos com o apoio dos nobres Pares, pelo que desde já manifestamos o nosso profundo agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O momento é propício para que nós façamos algumas reflexões daquilo que está acontecendo, não só no Paraná, mas no Brasil como um todo. Neste último final de semana, estivemos percorrendo alguns muni-

cípios da nossa região, o Vale do Ivaí, e voltamos de lá mais entristecidos do que saímos daqui de Curitiba. De Curitiba saímos entristecidos porque uma nova tentativa de se votar as suplementações não logrou êxito, o que esperamos, aconteça na tarde de hoje, e voltamos mais entristecidos do Vale do Ivaí porque, pelas andanças que fizemos, não só pelos perímetros urbanos, mas visitando algumas comunidades rurais, pudemos constatar a real e grave situação vivida pelos nossos agricultores, não só do Vale do Ivaí, mas do Paraná, e tenho certeza que do Brasil como um todo. Quando falo do Brasil como um todo, falo com a convicção da certeza, porque a Rede Globo apresenta nos últimos dias, já em dois programas de televisão, o "Globo Rural", a grave situação vivida por produtores de todo o País, no que diz respeito à falta de recursos para o plantio das lavouras de inverno, para a comercialização do trigo, a modificação da sistemática de comercialização do trigo, e agora, o que é mais grave ainda, a falta total de recursos para o plantio da safra de verão. Para se ter uma idéia, conversamos com algumas lideranças do setor bancário da região de Apucarana que nos diziam que militam no segmento crédito rural e que somente naquela região, para atender aos pedidos já em carteira, haveria necessidade de se liberar em torno de trezentos milhões de cruzeiros, através do Banco do Brasil e foram liberados tão somente quinze milhões.

Então, o desespero que existia nos nossos agricultores, passa também a acontecer nos gerentes das casas bancárias, nos funcionários daqueles bancos, porque chegando apenas 5% dos valores inicialmente requeridos, essas pessoas começam a se intimidar e a ter medo até de liberar esses poucos recursos, porque imaginam que não serão compreendidos pelos agricultores.

Então, a situação é lamentável porque nós que acompanhamos atentamente as eleições presidenciais, víamos de ambos os candidatos, seja do Lula ou do Collor, uma proposta voltada ao setor produtivo, um discurso voltado ao apoio aos agricultores, aos pequenos agricultores, muito se falava.

Hoje, o que estamos vendo, é a liberação tão somente de recursos para os médios e grandes produtores, porque os recursos que estão sendo liberados, são recursos da poupança rural e esses recursos, evidentemente, têm um custo mais alto do que os recursos obrigatórios do crédito rural.

Estes sim, direcionados ao pequeno, ao microprodutor rural. Estes recursos obrigatórios do crédito rural que têm como origem o Tesouro Nacional e que dependem

exclusivamente da Ministra da Economia e do Presidente da República, estes recursos não estão vindo, lamentavelmente, para socorrer aqueles que mais precisam, que são os pequenos produtores rurais do Paraná e do Brasil.

Lamentavelmente a situação é de desespero e nós temos que tomar posições: o Bloco Agropecuário que nós presidimos nesta Casa, tem gestionado, quase que diariamente, junto às autoridades constituídas, no sentido de que se sensibilize o Presidente Collor de Mello e libere ao Paraná e ao Brasil, os recursos do Tesouro, para que o crédito rural chegue a quem mais precisa que são os pequenos produtores e desta forma, tenhamos a nossa safra agrícola caminhando normalmente como era o nosso desejo.

Portanto, Senhores Deputados, façamos do nosso dia-a-dia, uma lição de fé em favor da agricultura e da pecuária paranaenses, passando telegramas ao Ministro da Agricultura, à Ministra da Economia, ao Presidente da República para que eles se sensibilizem e liberem aquilo que prometeram para a agricultura paranaense e brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Prefeitos.

Fico satisfeito no momento em ver que, quando foi efetuada a chamada nominal dos Senhores Deputados pelo 1º Secretário, verificou-se que existe quorum suficiente para votar a suplementação de verba desejada pelo Governo do Estado.

Meu caro companheiro Deputado Orlando Pessuti, quero parabenizar Vossa Excelência, quando coloca a situação que vivemos na agricultura do Paraná e do Brasil.

Já fizemos no passado, e vamos continuar fazendo, este alerta ao Governo Federal, uma vez que corremos o risco de perdemos aproximadamente 40% da produção de grãos no Paraná. E este prejuízo vem ao Governo do Estado e do Governo do Estado também vai às Prefeituras, porque existe a queda do ICM. Com isto dificultando, cada vez mais, o dia-a-dia, a responsabilidade dos Prefeitos com as suas comunidades, com os seus municípios.

Não podemos viver mais dentro de um programa econômico-financeiro com relação à nossa agricultura brasileira. Sai Presidente da República e entra Presidente da República, com propostas e mais propostas ao agricultor brasileiro e estamos sentindo que hoje o Governo Federal está dando,

ao agricultor brasileiro, um atestado de óbito.

Não podemos permitir Senhores Deputados, que estas consequências que estamos vivendo na agricultura atinjam todos os segmentos da sociedade. É o empresário - e hoje também quero fazer um alerta a esta Casa com relação aos empresários brasileiros e alguns empresários de nosso Estado, hoje os empresários correm o risco da falência e da concordata, por estarmos vivendo uma política econômica neste País que não é real; uma política econômica que se passa ao povo brasileiro dizendo que não temos inflação.

Acho um absurdo querer colocar na consciência de todos nós, quando estamos vivendo períodos difíceis, inflação em cima de inflação, este é o País da impunidade, quando vemos, através dos canais de televisão, câmeras escondidas filmando os empresários, um vendendo mercadorias a doze mil cruzeiros, outro vendendo a oito, outro vendendo a 7. E o Governo Federal quer corrigir da população, quando cabe ao Governo Federal, pôr os irresponsáveis, que não estão cumprindo a determinação do seu plano de Governo, atrás das grades.

Este é um País de sonho, de irrerealidade.

E eu aqui quero fazer mais um apelo, pelas dificuldades já comprovadas dos municípios paranaenses. E não é exceção o Paraná. Todos os municípios brasileiros passam hoje as maiores dificuldades. E eu quero fazer um apelo aos Deputados: aqui estão os companheiros da bancada, de outras bancadas de outros partidos que também foram Prefeitos, têm a experiência de um Executivo, sabem a real necessidade de recursos do Governo Estadual aos seus municípios. Faço um apelo, uma vez que foi comprovado o número suficiente de Deputados, não vamos mais decepcionar esses Prefeitos que aqui estão, deixando seus compromissos no Interior, correndo o risco por essas estradas para buscar o apoio dos Senhores Deputados.

Aos Prefeitos que aqui estão presentes, a solidariedade do Deputado Dirceu Manfrinato. Nós votaremos e estaremos ao seu lado, defendendo como já disse - e continuo afirmando, precisamos, para se eleger Deputado Estadual, Federal, Governo do Estado e Senador, do apoio das bases. E a base é o Prefeito, são os Vereadores.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.  
Na qualidade de Vice-Presidente deste



Legislativo, na qualidade de ex-Prefeito de Santo Antonio da Platina, venho fazer um apelo não apenas à Bancada que pertencço que é o PMDB mas, a todos os meus colegas que ao longo destes quatro anos estiveram ao nosso lado nesta Assembléia resolvendo os mais relevantes problemas que o Paraná enfrentou.

Quero dizer aos colegas que como ex-Prefeito sabemos que os Senhores Prefeitos, no final do ano, têm o 13º salário para saldar com o seu funcionalismo. E se esta suplementação orçamentária não der quorum na tarde de hoje teremos, sem sombras de dúvidas, a paralisação do Paraná.

Conseqüentemente, comprometendo ainda mais a classe política, porque os municípios, porque a população de cada comunidade infelizmente não tem as informações do que se passa aqui dentro deste Legislativo. É necessário que nós, homens públicos, nesta oportunidade, levantemos a nossa voz, façamos um apelo ao nosso espírito público para que em nome do paranismo, para que em nome do Paraná deixemos de lado as nossas posições partidárias e ideológicas e votemos para que aconteça a suplementação orçamentária e para que não vejamos as escolas paralisadas, as professores sem receber, a Segurança Pública correndo riscos - como bem lembrava o meu companheiro de Bancada Dirceu Manfroinato, de quantas e quantas empresas neste Paraná estão entrando em concordata. E se não bastasse isto, na região de Bela Vista do Paraíso, a "Folha de Londrina" denunciava que os postos de gasolina estão fechando por falta de recursos para a agricultura, fazendo com que a situação, bastante desesperadora, fique ainda mais complicada.

Por isto, Senhor Presidente Anibal Khury, eu, como Vice-Presidente desta Casa faço um apelo a Vossa Excelência para que convoque os nossos companheiros de Oposição, Deputados valorosos, Deputados que, ao longo destes quatro anos, deram a sua contribuição para o fortalecimento e engrandecimento desta Casa.

Finalizo nesta oportunidade, como Deputado reeleito pelo Norte Pioneiro, onde hoje encontro a maioria dos meus Prefeitos aqui, não poderia eu deixar de levantar a minha voz nesta oportunidade para fazer este apelo veemente, para fazer este apelo cívico, para fazer este apelo patriótico em prol do bem do povo e em prol do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, na sessão da última quinta-feira deu entrada à Mesa de um

requerimento que seria votado naquela sessão, pedindo o afastamento do Secretário da Saúde, Manuel de Almeida Neto, em função das graves denúncias que a CPI, a qual presido nesta Casa, e além do que o inquérito policial que corre pela Polícia Federal, que já indiciou quatro pessoas. E, inclusive, só não indiciou o Secretário porque ele ainda não compareceu para prestar depoimento na Polícia Federal.

Este meu requerimento está à Mesa, Senhor Presidente, e eu peço a sua retirada porque o Secretário ao ser informado na quinta-feira à tarde de que havia este meu requerimento, e que certamente as oposições nesta Casa com maioria iriam aprová-lo e politicamente seria ruim para o Governador do Estado, o Secretário, então, formulou uma carta ao Governador pedindo o seu afastamento dizendo que está sendo vítima, de algumas denúncias puramente eleitoreiras. Seria bom que o Secretário fosse à Polícia Federal e dissesse isto ao Delegado que está presidindo o Inquérito Policial, e lá saberá certamente as inverdades ou as denúncias puramente eleitoreiras.

Mas, a verdade dói e foi por isso que o Secretário da Saúde, Manoel de Almeida Neto, acabou pedindo a exoneração do cargo.

Ele saiu para não ser convocado para depor perante este Parlamento, quando seria confrontado com as graves denúncias levantadas contra a sua administração. Objeto como já disse, da CPI que eu tenho a honra de presidir nesta Casa.

Ele saiu porque tem "culpa em cartório", e já está indiciado como já disse, praticamente na Polícia Federal, conforme palavras do próprio Delegado, que está presidindo o Inquérito Policial.

Quando decidimos na semana passada, trazer a este Plenário, requerimento solicitando o afastamento do Senhor Secretário da Saúde, movia-nos a convicção íntima de que essa medida era absolutamente necessária para preservar o interesse público, porque no cargo, o Secretário bloquearia o curso das investigações, além de evitar, além de eivar de suspeição todas as atividades que estava exercendo:

Tanto que, após o escândalo, da compra de meio bilhão de cruzeiros em luvas cirúrgicas e outros utensílios médicos acima do preço e sem concorrência; o Secretário prosseguira nas suas atividades irregulares, desta vez comprando bolsas de colostomia fora das especificações, e dos preços pedidos, conforme denúncia que nos foi trazida na última reunião da CPI.

Mas, Senhores Deputados, eu quero avivar aqui a memória desta Casa, para lembrar que este é o segundo caso de Secretário do Governo Álvaro Dias, que se afasta resultado de Comissão Parlamentar de In-



querito, promovido por esta Assembléia.

Há dois anos, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de que fizemos parte, resultou no pedido de demissão do então Secretário da Educação Belmiro Valverde, agora sai o Secretário Manoel de Almeida Neto.

Isto mostra que não tem fundamento o "slogan" da moralidade, da honestidade, da intransigência na defesa do dinheiro público e do interesse coletivo que são tão apregoados pela mídia eletrônica, através do Governador do Estado.

A propósito, declaro que há outras situações irregulares na administração do Senhor Álvaro Dias e que precisam ser apuradas, e nós Parlamentares, na função de fiscalizadores do Executivo, não podemos nos calar diante desses fatos.

Por exemplo, os jornais estão aí, documentando diariamente que o irmão do Governador, o Senhor Osmar Dias, assumiu a Coordenadoria Geral da campanha do candidato Roberto Requião de Mello e Silva.

Assumiu o cargo político, que por certo lhe haverá de tomar todo o tempo útil, porque é uma campanha de dimensão estadual, de segundo turno, para o posto máximo do Governo do Estado do Paraná.

O Senhor Osmar Dias, assumiu as funções de Coordenador Geral da campanha do PMDB, mas esqueceu-se Senhores Deputados, de se afastar do cargo de Secretário da Agricultura, que exerce com polpudos vencimentos a título de tempo integral e dedicação exclusiva.

Inclusive, porque os Senhores Secretários de Estado têm a diferença dos demais funcionários, recebem um ganho total três vezes maior do que a ajuda de custo nominal.

Eles têm direito, inclusive, a um adicional chamado "Encargos especiais de Secretário de Estado", que vale 2.0 do vencimento básico da função.

Com esses ganhos o Secretário da Agricultura, irmão do Governador, está sendo pago pelo povo do Paraná para cuidar dos graves problemas da produção rural e do abastecimento. Não está sendo pago para fazer política, para promover a sua candidatura partidária.

Dois Secretários de Estado já se demitiram neste Governo do PMDB, para não ter que enfrentar a investigação desta Assembléia. O Secretário da Agricultura que decida a quem deseja servir: se ao povo do Paraná, independente de cor partidária ou ao candidato do Governo do Estado. Se é ao povo do Paraná, deve dedicar-se com integridade ao seu cargo: o respeito público, a honestidade, devem imperar neste momento. O respeito à população paranaense.

Assim não procedendo, Sua Excelência se expõe ao vexame de ter que vir depor, nesta Casa, ou de ser chamado às barras de

um tribunal, numa ação popular que o faça devolver, ao tesouro Estadual, os vencimentos que está embolsando de forma ilegal.

E aqui estão os jornais, uma coletânea de matérias publicadas em jornais...

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - O Deputado Algaci Túlio está se excedendo, há mais de dez minutos do seu tempo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu estou falando no Horário da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está devidamente autorizado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado.

Então, estão aqui os recortes de jornais, que provam, mais uma vez, de que o Secretário da Agricultura está na coordenação do PMDB.

Com vários recortes de jornais, comprovando mais do que nunca, aquilo que estão dizendo aqui.

Ou o Secretário se afasta, aliás, como deveria ter feito o Governador do Estado, também se afastar, para ficar totalmente isento do Governo do Estado, com relação à política, ou ele vai reassumir com toda a dedicação, o cargo de Secretário de Estado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós esperamos um pronunciamento do Secretário da Agricultura. Caso contrário, vamos tomar as medidas necessárias, as medidas que nos cabem, como fiscalizadores dos atos do Executivo.

Porque não podemos admitir que o Secretário da Agricultura se dedique, praticamente o dia todo, parte da noite e quem sabe até às madrugadas, tratando da campanha do candidato do Governo, enquanto isso nós vemos a situação crítica pela qual passa a agricultura no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ferrari Júnior, com a palavra.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente e Senhores Deputados, este assunto que envolve a votação do Orçamento do Governo do Estado do Paraná ou da suplementação de verba, é assunto que está "dando pano para mangas".

Eu recebi, hoje, uma comissão de ilustres Prefeitos e expliquei a eles a posição nossa, a respeito desta matéria. Vejo aqui, à nossa direita, companheiros líderes de bancada, discutindo a matéria. Mas, nós precisamos expor a nossa posição, para que fique anotada nos Anais da Assembléia,

para que amanhã não venha ocorrer o pior.

Um fato, Presidente Anibal Khury, eu estou nesta Casa há oito anos, me preparando para deixar a Assembléia, por livre e espontânea vontade, Graças a Deus, e vou levar uma dúvida desta Casa, Presidente, uma dúvida que não consegui tirar, em oito anos de Deputado: eu não sei se o Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa, comentado em todo o Estado do Paraná, figura por demais respeitada, figura que eu respeito demais, meu amigo, cuja amizade faço absoluta questão de continuar privando, eu não sei se o Presidente desta Casa, Anibal Khury, é verdadeiramente um anjo ou um demônio!

É uma dúvida que abala os alicerces do Estado do Paraná e se discute por todos os cantos. Roberto Requião diz que Anibal Khury é um demônio. Anibal Khury usou todo o seu prestígio para ajudar a eleger Roberto Requião Prefeito de Curitiba. Isto é um papel de anjo.

O Governador Álvaro Dias critica duramente Anibal Khury, dizendo que o Presidente desta Casa atrapalha as tramitações de projetos e atrapalha, consequentemente, o Governo do Estado do Paraná. No caso, para o Governador do Estado, o Presidente desta Casa é o demônio! Mas, que demônio é este, que no meu entender, ajuda, como Presidente da Assembléia a tramitação de projetos nesta Casa, que beneficiam os interesses do Governo do Estado do Paraná, ou do Governador Álvaro Dias.

Já em junho, no final de junho, nós estivemos aqui, protestamos contra a aprovação daquela suplementação de verba que o Governador pedia; passou aquele material, ou aquele Projeto, passou sem se observar o Regimento Interno da Casa que manda, que fala sobre o projeto de orçamento ou alguma coisa ligada ao orçamento, tem que ter necessariamente uma tramitação por Comissões, com emendas, tem prazo, tem que ser publicado, uma série de coisas, e não aconteceu nada naquela oportunidade, a matéria passou. Eu como Deputado, ingressei no Supremo Tribunal Federal tentando argüir a inconstitucionalidade daquele projeto que a Assembléia aprovou, e agora os advogados me informam que o Subprocurador da República deu o seu Parecer para que o processo meu, o meu pedido tramite, isto é, deu um Parecer favorável; vai para as mãos dos Juízes do Supremo, se eles entenderem que o Subprocurador tinha razão, o Senhor Álvaro Dias, Governador do Paraná, poderá ao final do seu mandato, não pode sequer prestar contas ao Tribunal de Contas e consequentemente à população porque não terá aquele orçamento em seu poder. E hoje está acontecendo a mesmíssima coisa. Falei com o Líder do PMDB sobre o assunto, tive o maior interesse, a maior boa vontade

de e a posição da Bancada do PRN nesta Casa e a própria Bancada do PFL, cujo Líder João Arruda autorizou-me a falar em seu nome, nós queremos aprovar de imediato um substitutivo que dê aos Prefeitos do Paraná imediatamente verbas para o pagamento dos professores conveniados. As demais verbas, vamos discutir para saber para que é aquela verba, para que o Governador quer aquela verba, porque a Constituição do Estado do Paraná que nós fizemos e que nós juramos respeitar, ela diz num dos seus artigos: "que esse tipo de matéria, Presidente Anibal Khury, precisa vir do Governo do Estado do Paraná com tudo discriminado, pagamento de um bilhão para a COPEL tem que vir discriminado, tem que dizer para que aquele dinheiro". Nós não sabemos nada, se alguém nos perguntar na rua: "você aprovou o projeto de orçamento? Votei e aprovei. Você sabe o que você aprovou? Não, eu não sei!" Hoje me perguntou um ilustre Prefeito em meu gabinete, eu respondi a ele que eu não sabia porque o Governador precisa cumprir o que determina a Constituição do Estado do Paraná.

Então, nós queremos que isto seja cumprido, nós não podemos transformar a Assembléia Legislativa, por maior boa vontade que tenhamos, num curral do Palácio Iguaçu, nós temos que votar de acordo como manda a Constituição, de acordo como manda o Regimento Interno. E digo mais, Senhor Presidente, gostaríamos que a Bancada do PMDB aceitasse o substitutivo que nós estamos propondo, devidamente assinado em poder da Mesa, nós queremos votar amanhã esse substitutivo que dá aos Prefeitos imediatamente um bilhão e novecentos milhões para o pagamento dos professores conveniados: não há nenhum interesse em atrapalhar esse tipo de coisa, mas nós queremos pelo menos o mínimo de consideração para que possamos cumprir o que determina a Constituição do Estado do Paraná e o Regimento Interno desta Casa. Se isto for diferente vou manter contato com outros Deputados, porque isto custa dinheiro, na minha primeira manifestação quando ingressei no Supremo Tribunal Federal, paguei sozinho uma despesa judicial, pretendendo dividir agora essa despesa com outros Deputados de oposição desta Casa. Se passar esta matéria, se conseguir o Governo 28 votos para votar como está, desrespeitando o Regimento Interno e desrespeitando a Constituição do Estado do Paraná, se houver esse apoio de outros colegas, amanhã mesmo ingressaremos no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná pedindo a posição da justiça do Estado naquilo que nós entendemos prejudicial não só a este Poder, mas prejudicial a todo o Estado do Paraná, porque os próprios Prefeitos necessitando desta verba, eu sei da respon-

sabilidade de cada Prefeito mas eu duvido que algum Prefeito faça no seu município alguma coisa que a Constituição Municipal impeça que é justamente aquela constituição feita pelos Vereadores de cada município. Eu sei que os Prefeitos juraram cumprir aquele regulamento e estão cumprindo e cima da risca, e ninguém deve forçá-los a descumpri-lo, o Prefeito age no seu Município dentro da Lei, então todos permitam a nós legisladores se fizemos as leis nós que escrevemos as leis tenhamos o mínimo de decência para cumprirmos e fazermos valer a lei que nós mesmos escrevemos.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Há dias, é notório nesta Casa, podemos sentir que as mais variadas argumentações se fazem na tentativa de retardar uma suplementação de orçamento. Desde o primeiro dia, o Líder da Bancada do PRN, que aliás recentemente teve no Congresso Nacional o apoio de todas as lideranças partidárias, inclusive do PMDB para votar uma suplementação orçamentária do Governo Fernando Collor de Mello. Por quê? Porque é evidente, nós já falamos em pronunciamentos anteriores que a suplementação orçamentária nada mais é do que a readequação do orçamento durante o ano financeiro de um país inflacionário.

Ouçõ alegações que não posso concordar, com elas do Deputado Ferrari Júnior, alegando falta de discriminação. Acredito que o Deputado tenha lido as Mensagens de suplementação que se encontram nesta Casa. Vamos pegar, por exemplo, a Mensagem nº 173/90, que está pedindo uma suplementação de dois milhões, duzentos e seis mil, novecentos e cinqüenta e seis cruzeiros. Se pegarmos o anexo vamos perceber desde o primeiro instante uma rubrica, um código, chefia do Poder Executivo, entidades vinculadas, código 1.020, Fundação de Esporte e Turismo; manutenção da Fundação de Esporte e Turismo; 1.021, Fundação Universidade Estadual de Londrina; 1.119, edificações e equipamentos para a Universidade Estadual de Londrina; 2.089, administração do ensino superior de Londrina; 1.024, Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava; administração de Guarapuava, de Jacarezinho; toda discriminação da aplicação dos recursos se encontram nos anexos. E na seqüência, quais as verbas canceladas para poder dar origem orçamentária às matérias que estão se suplementando.

Não quero acreditar que pense o Líder

do PRN de que especificação seja constar, por exemplo, que edificação e equipamentos para Universidade Estadual de Londrina, que aliás, as universidades hoje possuem autonomia didático-financeira, não quero que pense o Líder do PRN que discriminação seja dizer que vai se comprar um microscópio de tal marca, de tal empresa. Todas as mensagens se encontram perfeitamente discriminadas, todas, a 169 que traz uma suplementação coloca toda discriminação de aplicação de recursos e o cancelamento das receitas, e a 150 idem. Portanto está se fazendo exclusivamente aquilo que a Constituição exige em matéria de suplementação.

Mas vai mais longe a interpretação do Deputado Ferrari Júnior alegando a Constituição do Estado do Paraná. Vamos avaliar o que diz a Constituição do Estado do Paraná, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, estritamente de acordo com que diz a Constituição Federal, porque em matéria tributária e em matéria orçamentária a Constituição do Estado do Paraná como as Câmaras municipais quando fizeram a Lei Orgânica fizeram exatamente igual ao que consta na Constituição Federal, até por que não pode mudar.

O Artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná diz: (Lê o Artigo 134).

Ora, o Regimento Interno dessa Casa mostra com toda evidência que no instante em que se transforma o Plenário da Assembléia Legislativa em Comissão Geral, essa Comissão Geral se transforma no grande Plenário de discussão da matéria que não foi à Comissão Técnica pertinente da Casa.

Portanto, e por essa razão, que nesse ano, dezenas, centenas de matérias que tramitaram nesta Casa, não foram para a Comissão de Justiça, não foram para a Comissão de Finanças, não foram para a Comissão de Orçamento, para a Educação, para a Saúde, para nenhuma, porque o Plenário da Assembléia se constituiu em Comissão Geral. E o que é a Comissão Geral? São 54 Parlamentares que fazem parte de uma grande comissão, e essa grande comissão por voto dos seus membros, deu a tramitação necessária para o andamento constitucional do projeto.

Não há o que se alegar. Irrito porque o Plenário da Casa é soberano sobre o seu próprio Regimento, tanto que, quem muda o Regimento da Assembléia Legislativa, o seu Plenário, é a mesma coisa que em qualquer entidade que nós conhecemos pelo Interior.

O Estatuto diz isso, o Estatuto diz aquilo, mas a Assembléia Geral da entidade é soberana sobre qualquer Estatuto, e no instante em que nós transformamos o Plenário desta Casa em Comissão Geral, nós estamos transformando-o num grande plenário, numa grande Assembléia Geral, para que ele

dê o ritmo necessário ao andamento da matéria.

Só para concluir, depois nós discutimos em cima da outra afirmação de Vossa Excelência. Diz o Deputado Ferrari Júnior invocando o Parágrafo 3º, no inciso 2º:

O Parágrafo 3º diz:

"As Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária anual e aos Projetos que o modificam, digo, modifiquem, somente poderão ser aprovados, caso:

- 1 - Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretriz de Orçamento.
- 2 - Indique os recursos orçamentários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa excluídos os que incidem sobre:
  - 1 - Dotação para pessoal e seus encargos.
  - 2 - Serviços da dívida.

Muito bem. Quer o Deputado Ferrari Júnior justificar a esta Casa, em razão do projeto constar num dos cancelamentos, o pagamento de dívida externa, de que o Executivo não possa, no seu próprio orçamento, já aprovado, redirecionar as suas obras, as suas aplicações, os seus recursos, e aqui Deputado Ferrari Júnior esse capítulo da Constituição está tratando dos orçamentos, como?

O orçamento é matéria de iniciativa exclusiva do Executivo. Quando ele vem para a Casa, o que esse artigo está dizendo é que nós, o Parlamento não pode modificá-lo por Emenda, sem apresentar a devida fonte. O cancelamento que vai se fazer, e que esse Parlamento e esses Parlamentares não podem cancelar despesa com pessoal, e com comprometimento de dívida.

Não significa que o Executivo, que é o autor do Projeto Orçamentário, não possa no curso do andamento do ano, mudar, cancelar rubrica, e dessa rubrica passar para o outro custo.

O Brasil, nobre Deputado, não teria feito nenhuma Reforma Orçamentária nos últimos anos todos, porque o Brasil nunca pagou a Dívida Externa, e em todos os orçamentos da União consta recurso para pagamento da Dívida Externa.

Nós não podemos alterar na Emenda desse orçamento que está nos nossos gabinetes, nós não podemos alterar esse orçamento dando como fonte de recurso a anulação de despesa de pessoal e de dívida, mas o Executivo pode.

Eu daria um exemplo:

Se nós tivéssemos por exemplo num Plano Plurianual aprovado nesta Assembléia a construção de uma rodovia ou a construção de uma ponte ou a construção de uma usina, está no Projeto Plurianual. Se nós dotarmos o Orçamento Geral de recursos para esse feito. Está no orçamento geral, se eventualmente na concorrência a obra não for realizada, nós não poderemos suprimir

os encargos que se tem na alteração da proposta de orçamento daquilo que é a determinação do Executivo na execução das suas obras, claro que pode.

Então essa interpretação, é feita com mão de lá para cá. No entanto eu tenho certeza absoluta que jamais será feita por qualquer tribunal a invocação do Artigo 134, dizendo que o Executivo não pode cancelar a sua receita para pagamento de juros ou de dívida, porque ele é o autor do projeto orçamentário e ele pode cancelar o artigo que ele visa que o Deputado quando participa da feitura do orçamento, não pode entrar com uma emenda para construir uma ponte num lugar "x" e dar como fonte de recurso uma verba destinada a pessoal ou uma verba destinada ao pagamento, um compromisso do Executivo porque isso representa a obrigação do Executivo para com aquele setor.

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência me permite um aparte? (assentimento).

Deputado Caíto Quintana, brilhante Líder da Bancada do PMDB nesta Casa.

Vossa Excelência faz hoje, como é de costume, um discurso bonito e me parece um discurso de quem está bem preparado, bem informado, como sempre aliás, dentro do feitio de Vossa Excelência, de uma lisura que lhe é tradicional.

Só que a mesma colocação que Vossa Excelência faz hoje e acha que nós estamos errados, legalmente errados, com a mesma observação que Vossa Excelência fez no mês de junho, quando nós debatíamos aqui o mesmo assunto, e eu também estava errado naquele mês e eu disse agora há pouco na tribuna, que tenho um parecer, vou passar depois às mãos de Vossa Excelência, do Subprocurador da República achando que o nosso pedido no Supremo Tribunal Federal, contra tudo isso que Vossa Excelência está dizendo é correto, mas me dizer que não é o julgamento do juiz, tudo bem, pode até ser contrário do julgamento do juiz, mas eu acredito que o Subprocurador da República tenha conhecimentos jurídicos suficientes para dar aquele Parecer e ele deu. Pelo menos, para ele eu estava certo.

Eu estava discutindo com o Deputado Nereu, acompanhando atentamente o discurso de Vossa Excelência e pedi uma informação ao Deputado Nereu, Líder da Bancada do PSDB e Vossa Excelência como bem informado poderá nos passar, para depois apartearmos se for o caso novamente.

Nesse cancelamento da dívida do Governo do Estado do Paraná, dívida externa, por favor, para quem o Estado deve ou deixará de pagar agora, será pago depois, evidentemente, só para nossa orientação aqui, quanto é para quem é essa dívida?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, em primeiro lugar, não há um cancelamento de dívida específica, há em dotação orçamentária o recurso destinado ao pagamento de compromisso do Governo do Estado.

O Sr. Ferrari Júnior - Tudo bem, talvez eu tenha me expressado mal. Para quem é essa dotação? E para pagar quem, onde, quando?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Excelência, eu tenho certeza que quer colocar a este Parlamentar o indicativo do quanto deve o Estado. Quanto não deve o Estado. Para quem deve o Estado?

O Sr. Ferrari Júnior - Eu só quero saber, Deputado, sobre este um bilhão e oitocentos milhões é para minha orientação, Vossa Excelência é Líder do Governo talvez tenha conhecimento agora ou talvez possa saber depois. Eu quero saber para quem estava destinado esse dinheiro.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado eu não sei lhe informar o que acontece. Vamos analisar via orçamento.  
O que acontece...

O Sr. Ferrari Júnior - Deputado, me dá licença.

Então Vossa Excelência me permita, eu pedi um aparte, Vossa Excelência me concedeu, nós temos aqui na mensagem, nós temos no anexo dois: "Encargos gerais da dívida pública externa: um bilhão e oitocentos milhões".

Eu disse agora há pouco na tribuna, para todo mundo ouvir que nós temos a maior boa vontade de votar o substitutivo, porque nós o estudamos, mas eu tenho dificuldade de pedir para os Deputados do PRN votarem isso, porque a Constituição manda discriminar. Eu tenho que saber o que é que eu estou votando Deputado.

Dívida de um bilhão e oitocentos, eu perguntei ao Deputado Nereu ele disse que não sabe também, perguntei para outro Deputado, não sabe. Perguntei para Vossa Excelência e Vossa Excelência não sabe. Então vamos pedir ao Governador para ele dizer para a gente, já que ele não cumpre a Constituição que manda discriminar, vamos pedir uma informação para ele.

Eu quero saber, é um direito que eu tenho, porque eu represento o povo do Paraná, até o dia 31 de janeiro e a Constituição manda discriminar.

Vossa Excelência diz que está discriminado. Então me diga onde? Agora Vossa Excelência vai tomar conhecimento porque vai lá, pergunta para o Governo e ele informa. Agora para nós da Oposição, não. Nós não ficamos sabendo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, eu lhe pergunto uma coisa: Vossa Excelência é muito hábil ao tentar desviar o que este Parlamentar coloca. Se Vossa Excelência pegar o Orçamento do Estado do Paraná, o atual, na rubrica 2235 consta lá: Encargos gerais da dívida pública externa. Encargos gerais da dívida, do montante que se tem da dívida se presume um valor que se tenha que pagar no exercício. Seria a mesma coisa que nós cobrarmos de Vossa Excelência, tenho certeza que não o farei porque não é verdadeiro. A Ministra Zélia tem procurado negociar a dívida externa brasileira dizendo que paga só até xis por cento do PIB nacional. O credor internacional não vai perguntar para ela: qual o Banco que vai ficar fora ou qual o Banco que o Brasil vai priorizar para o pagamento, porque é evidente que dentro do limite do que se tem se cobre ou se rola dívidas de todos proporcionalmente com a capacidade de cada um. Não se está, portanto, aqui diminuindo de pagar na dívida externa para Pedro ou para Paulo. Está se cancelando uma rubrica orçamentária, rubrica 2235 que consta no seu geral os encargos gerais da dívida externa do Estado do Paraná. Por quê? Porque esses encargos gerais podem ter sido previstos a mais, podem não ser executados, pode o Orçamento ter colocado valores a mais do que efetivamente serão pagos, pode o Governo ter renegociado com índices menores ou com prorrogações maiores e portanto sobrar no Orçamento do Estado recursos dessa rubrica. Nada disso significa que haja necessidade de colocar aqui que não vai se pagar a Banco X ou a Banco Y ou a empresa X ou a empresa Y. É a rubrica no geral. Agora, nobre Deputado, o que estou lhe dizendo a respeito dessa visão, esta Constituição do Brasil comparada com a Constituição de 67, um estudo feito pela Price Waterhouse, ele diz claro de que o Poder Legislativo não pode emendar o projeto orçamentário; emendar o projeto orçamentário com destinação de recurso oriundo de pessoal e de serviço de dívida. Agora o Orçamento, digo, o Governo não está emendando o Orçamento. O Governo está suplementando o Orçamento. Suplementando em rubricas existentes dentro do próprio Orçamento. Não está emendando.

O Sr. Ferrari Júnior - Deputado Caíto, é a maneira de Vossa Excelência interpretar. Eu respeito a sua interpretação. Agora nós entendemos até que o Governo do Estado, veja, eu não abordei no meu discurso, talvez o líder tucano na Assembléia possa nos ajudar, o Governo está até, pasmem, criando, nós não estamos falando em Orçamento, o Orçamento nós votamos no ano passado, está até criando rubrica nova, agora. É justo?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu me inscrevo num aparte a Vossa Excelência.

Sr. Ferrari Júnior - Rubrica nova. E quando eu peço, Deputado Caíto, agradeço até a compreensão de Vossa Excelência, quando eu peço a discriminação e pedi a discriminação do pagamento da dívida, eu pediria também, nós temos, por exemplo, um bilhão, se me parece, para a COPEL, Usina de Salto Segredo. Muito bem, ninguém é contra a se gastar...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nem poderia, nobre Deputado.

O Sr. Ferrari Júnior - Claro, claro, e Vossa Excelência é testemunha que nós nunca votamos contra medidas dessa natureza. Mas eu gostaria imensamente de saber para poder dizer lá fora, para a imprensa, se me procurar, para um Prefeito amigo se me procurar, para um eleitor: Ferrari, você votou a favor da Usina de Salto Segredo? Votei. Está bem, para que é aquele dinheiro? Não sei. É para a Usina de Salto Segredo. Mas para que? Eu não sei. É por isso que o parágrafo 8º diz assim: o projeto de lei orçamentária, e é o que estamos discutindo, será acompanhado de demonstrativos, tá. Tem que especificar. Ali fala em especificação regionalizada, detalhamento, melhor dizendo e nós não temos. Agora se for para ficar aqui...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas, Deputado, me permita, veja bem, o que poderia estar na Mensagem - recursos para a COPEL. Muito bem.

Aí seria procedente de Vossa Excelência quer que os colocasse "onde", "o que" na COPEL. Era para comprar poste, para comprar lâmpada, cimento...

O Sr. Ferrari Júnior - É com pessoal, campanha política...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sim, tudo bem, tem que especificar. Eu espero que Vossa Excelência não interprete que a construção de uma obra como Segredo seja para campanha política. É uma necessidade para o nosso Estado.

O Sr. Ferrari Júnior -- É por isso que nós estamos atentos. É obrigação nossa, Deputado, minha e sua.

O SR. CAÍTO QUINTANA - É uma necessidade para o nosso Estado, tanto que o Governo está empenhando no seu último trimestre de Governo, um milhão de cruzeiros para a Usina de Segredo que obviamente não vai render repercussão política nenhuma, porque a Usina de Segredo, se Deus permi-

tir e o cronograma não for atrasado, vai ser inaugurada pelo Governador Roberto Requião na sequência do Governador Álvaro Dias. Não será neste Governo.

O Sr. Ferrari Júnior - - Vai demorar uns vinte anos. Daqui a 20 anos eu até acredito que o Requião assuma.

(Manifestação das galerias).

A manifestação da galeria, Deputado, me leva a crer que esse 1 milhão é para efeito de política.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência, Deputado, conhece todos os cronogramas. Nós já tivemos diversas reuniões... (Manifestação das galerias).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede que fiquem em silêncio, de acordo com o Regimento Interno, senão vou suspender a sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O Brasil costumeiramente, através do Governo Federal e do Governo Estadual tem desenvolvido campanhas educativas para o consumo de energia elétrica, porque o Paraná indiscutivelmente precisa continuar a construção de Segredo, como forma "sine qua non" ao desenvolvimento deste Estado.

O Sr. Ferrari Júnior - Muito bem.

O SR. CAÍTO QUINTANA - E uma Usina não se constrói num ano.

O Sr. Ferrari Júnior -- Qual é o mal em se informar aos Deputados de Oposição qual o destino desse dinheiro. Qual é o mal em nós querermos saber?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o Deputado Ferrari Júnior interpreta que discriminação seria constar de que esse recurso vai ser para comprar tantos sacos de cimento, tantos tubos de manilha, tantos metros de cano, de ferro com tal bitola, discriminação é dizer onde aplica, Deputado?

O Sr. Ferrari Júnior - Não é discriminação, Deputado. É detalhamento. É detalhamento, o que dá na mesma coisa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vai ser aplicado na Usina de Segredo. Nada mais do que isso. É discriminação?

O Sr. Ferrari Júnior -- É detalhamento, o que dá na mesma coisa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - E qual é o detalhamento que Vossa Excelência quer?



O Sr. Ferrari Júnior - Eu quero saber para que é esse dinheiro.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para dar continuidade e honrar os compromissos do Governo, na contratação da Usina que está em plena construção, obedecendo o cronograma.

O Sr. Ferrari Júnior - Coloque isso no papel, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas vai por o que, Deputado? Está aqui escrito e Vossa Excelência não lê ou não quer entender. A rubrica está destinada para a construção, para a continuidade das obras de Segredo. O que mais...

O Sr. Ferrari Júnior - Agora há pouco Vossa Excelência não soube me explicar o da dívida.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O da dívida Vossa Excelência é que não soube entender o que significa "rubrica orçamentária". Desde o primeiro dia em que nós discutimos, me dá realmente a impressão de que realmente, de orçamento, Vossa Excelência entende muito pouco, porque o orçamento está colocado "rubrica" item por item, e nós estamos nos reportando a todas as rubricas constantes dessa matéria.

(Manifestação das galerias).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a Sessão por cinco minutos. Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

O Senhor Deputado Caíto Quintana está com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, acredito que ficou muito claro para todos nós que precisamos votar estas mensagens. Estamos procedendo de acordo com o que exige a Constituição e a Lei. De tal sorte que eu me reportaria agora, porque o tempo está adiantado, a emenda do Deputado Ferrari Júnior que esta sim, Deputado, é inconstitucional. Vossa Excelência não há de convir que possa, numa mensagem que está vindo do Executivo, colocando as aplicações dos recursos aonde e os cancelamentos quais, Vossa Excelência, possa pura, e simplesmente, entender que Vossa Excelência possa fazer um substitutivo geral, deixando de lado tudo isto, que é uma competência do Executivo, é matéria orçamentária, e apenas dotar o pagamento dos professores conveniados...

O Sr. Ferrari Júnior - E vocês não querem, estão com má vontade.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Se Vossa Excelência entendesse e lesse com mais cautela a discriminação do que estamos precisando, de suplementação, ou se Vossa Excelência olhasse para trás e visse as crianças ou visse pessoas (Palmas) vinculadas às creches, à assistência social mantidas pelo Governo, se Vossa Excelência visse que na rubrica 2.2/45...

O Sr. Ferrari Júnior - Se Vossa Excelência visse crianças, não teria votado aqui, em junho, 800 milhões de cruzeiros para o Governador Álvaro Dias, para propaganda na televisão. Este dinheiro queria dar para as crianças. Vossa Excelência não aprovou...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não lhe neguei nenhum aparte, espero que Vossa Excelência mantenha a calma e solicite o aparte quando quiser.

Esta rubrica 2.2/45 consta que: ação social através de unidades comunitárias e municipais, só falta Vossa Excelência querer me dizer que discriminar isto seria constar cada creche, cada escola de excepcionais, o nome de cada um, o CPF do pai...

O Sr. Ferrari Júnior - Claro que não...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Isto seria discriminar...

O Sr. Ferrari Júnior - Queria que Vossa Excelência me informasse sobre a Usina de Segredo, que continua em segredo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, espero que Vossa Excelência me garanta a palavra, porque o Deputado está extrapolando o diálogo que sempre tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está garantida a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Como vamos aceitar que no instante em que a sociedade clama por segurança pública, venhamos deixar o último trimestre do ano inteiro em suplementação de recursos para que se possa comprar a gasolina para mover os carros de segurança pública? Quando a população brasileira necessita de atendimento nos seus Postos de Saúde?

Não vamos permitir que se possa dar continuidade a este atendimento que é do carente, do necessitado, daquele que mais precisa. Que barbaridade!

O Sr. Ferrari Júnior - Mas ninguém é contra isso, Deputado.



O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência tenha a mínima delicadeza. Concederei o aparte sempre que solicitado. Mas deixe-me terminar o raciocínio.

O Sr. Ferrari Júnior - Então Vossa Excelência me conceda um aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O Governo tem a obrigação, como teria obrigação o seu Governo Federal, por exemplo, de repassar aos Estados, os recursos necessários, por exemplo, para a merenda escolar que tem atrasado, para o financiamento das lavou-  
ras, que não tem saído, para as escolas, que não tem acontecido, o convênio educa-  
ção para poder permitir que o Estado não tenha que pôr recursos seus para financiar as Universidades, que é responsabilidade do Conselho Federal...

O Sr. Ferrari Júnior - Quero me somar com Vossa Excelência.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Pela ordem, Senhor Presidente. Peço que Vossa Excelência assegure a palavra ao Deputado Caíto Quintana. O Deputado Ferrari Júnior está atrapalhando o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana e todos nós sentimos que está fazendo isto de propósito. O Deputado Caíto Quintana deve fazer o uso da palavra, mesmo porque está dando uma lição ao Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior - Obrigado pela lição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra está com o Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Ferrari Júnior - Vamos, Vossa Excelência e eu ao Presidente agora, através de um documento pedir para que ele atenda o Estado do Paraná. Vamos ao Governador Álvaro Dias dizer para que ele quer este dinheiro, porque isto cheira a maracutaia.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas Vossa Excelência leia, eu lhe cedo, está dito aqui para que é o dinheiro. Está dito aqui, para cada obra...

O Sr. Ferrari Júnior - Posso ler? Então vou ler...

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, pela ordem. Vossa Excelência deve cassar a palavra ao Deputado que não está com ela. Ele tem que atender quando é a sua vez.

O SR. CAÍTO QUINTANA - ... Eu lhe pedi pa-

ra ler. Leia. Enquanto eu falo, Vossa Excelência lê.

(Tumulto no Plenário)

Talvez depois Vossa Excelência esteja mais por dentro do assunto para fazer o aparte...

O Sr. Ferrari Júnior - Então deixe eu ler.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nobre Deputado. Vossa Excelência ...

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência mandou que eu leia, eu quero ler.  
(Tumulto no Plenário)

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu entendo onde Vossa Excelência quer chegar...

O Sr. Ferrari Júnior - Não se esconda atrás da tribuna.

O SR. CAÍTO QUINTANA - ... esta Casa já viu atos como este.

Aliás, Vossa Excelência está copiando muito mal o Deputado Gabriel Manoel, que usava este expediente com muito mais eficiência quando queria tumultuar uma sessão para fazer com que a Mesa encerrasse uma sessão pelo tumulto causado. Eu estou tendo a maior da boa vontade com Vossa Excelência.

Mas continuo, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná é um Estado que tem mostrado - e não é deste Governo, em todos os governos que passaram. Foi assim no Governo Richa, foi assim no Governo Canet - de que este Estado, graças à força do seu trabalho, a seriedade de seus administradores tem mantido o Paraná criando, sem dúvida alguma, o Estado com a maior infra-estrutura do Sul do País.

Quando o nosso Rio Grande do Sul não consegue fazer um asfalto ligando duas cidades, no Paraná nós estamos fazendo calçamento ligando duas cidades, no Paraná nós estamos fazendo calçamento de pedra irregular ligando o município a seus distritos. E aqui, Sr. Deputado, encontram-se recursos repassados aos municípios a título de diminuir o custo das obras para que as prefeituras executem sob a administração própria, a execução de seus serviços.

E digo mais: espero e gostaria que o futuro Governador do Paraná agisse dessa maneira ao administrar o Estado. Se um dia Deus me guindasse a uma posição de poder ter influência no Governo, eu faria exatamente isso que deveria ser feito - municipalização significa quebrar a burocracia, significa deter o orçamento do Estado na mão e quando o prefeito precisa construir uma escola, uma estrada, um bueiro, reformar um posto de saúde, faz um acerto com o

prefeito, libera o recurso porque custa mais barato e anda mais ligeiro. Quebrar a morosidade da máquina administrativa do Estado é evitar que os administradores tenham que fazer requerimentos que ficam engavetados nas gavetas da democracia, não andam, não se solucionam, não se constrói e custa mais caro.

Este é o risco, este é o medo que Vossa Excelência tem, de que exatamente se possa dinamizar...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) (Faz soar os tímpanos)

Está esgotado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir, Senhor Presidente.

... o Governo do Estado, através do atendimento direto aos Prefeitos do nosso Estado.

Peço aos Parlamentares desta Casa, votando a favor ou votando contra, votemos e cumpramos com a nossa obrigação.

Muito obrigado! (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças:

PDC com a palavra (Declina)

PDS (Declina)

PFL (Declina)

PTB (Declina)

PRN (Declina)

PDT (Declina)

PL (Declina)

PT (Declina)

PMDB (Declina)

PSDB. Deputado Rubens Bueno, com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última semana, a movimentação nesta Casa trouxe um certo alento à Casa de Leis do nosso Estado.

Assim como a nossa independência política de Portugal custou aos homens do Poder uma verdadeira transação com os bancos ingleses devido à dívida da Coroa Portuguesa, foi no Parlamento pequeno, numa Casa de Leis do interior do Estado que brotou a primeira manifestação com a independência do País.

Desrespeitar o Parlamento é desrespeitar sobretudo o povo. A presença de autoridades, de visitantes, as homenagens que se presta ao Parlamento, nada mais é do que homenagem ao povo.

E quando se vê a interferência indevida, a pressão cívica daqueles que querem as mudanças que o povo deseja, é preciso fazer no exercício do cumprimento do mandato de cada um.

No meu primeiro mandato, apresentei

alguns projetos que julgava importantes aos municípios. Porque o Município é a base de tudo, não existe segundo, nem terceiro andar, a União, assim como o Estado, são duas facções jurídicas. As pessoas vivem, trabalham, produzem, votam e decidem exatamente nos municípios.

O Parlamento hoje é mais um ponto de encontro, como deveria ser o ponto de encontro de todos os dias, dos homens e das mulheres que querem fazer das leis os caminhos importantes para o progresso social e para o desenvolvimento econômico.

Apresentamos no mandato passado, alguns projetos que não obtiveram sucesso. E hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos reapresentando mais dois projetos. O primeiro deles, que foi apresentado no dia 02.10.85, que trata do programa estadual de transporte escolar, nada mais é do que um programa estadual para colocar nas mãos dos Municípios, dos prefeitos, as condições mínimas para transportar o estudante de 1º e 2º graus.

Importante, porque nós vivemos no Brasil o maior índice de evasão escolar de todo o mundo, mesmo dos países mais pobres e ainda vem o argumento de que a evasão escolar é um problema econômico.

Claro que é um problema econômico, mas no Brasil é, sobretudo, de não aceitar o direito do acesso à escola.

Estamos reapresentando hoje este projeto, porque é de suma importância, ao invés de se gastar mais com construções ao longo de cada Município, nos pontos mais distantes. Nós reapresentamos este projeto para que o Poder Executivo Estadual possa assumir e contribuir para que o Estado ajude os Municípios a fazer diminuir esse alto índice de evasão escolar que vem denegrir, que vem manchar e sobretudo, que vem prejudicar o desenvolvimento do nosso Estado.

Apresentamos no dia 15.04.84, o projeto que acrescenta no Regimento Interno desta Casa, uma Comissão Técnica permanente, para que os prefeitos municipais, os vereadores, as lideranças comunitárias, pudessem ter o acompanhamento aqui de acordo com o regimento, participando, discutindo, debatendo e fazendo desta Comissão o ponto de encontro dos Municípios do Paraná.

Esta Comissão Técnica Permanente, daria informação necessária a cada prefeito do interior e buscaria o subsídio para que os projetos tramitando nesta Casa, encontrassem verdadeiramente o argumento daqueles que conhecem a realidade maior da nossa gente lá de perto deles, onde trabalham, onde administram a coisa pública.

Reapresentamos hoje, este projeto novamente, para que os Parlamentares, para que esse Poder restabeleça a força do Mu-

nício, através dos seus representantes que são os Deputados Estaduais.

Neste ano, Sr. Presidente, recebemos um telex do Prefeito Municipal de Ubitatã, Waldir Dalésio, a data do telex 2.8.90. Esse telex nada mais pedia do que fosse votado imediatamente o projeto de lei de autoria do Deputado Mário Pereira e do Deputado Caíto Quintana, projeto que leva o número 266/90, de 19 de abril deste ano, projeto que não teve a tramitação devida, porque se tivéssemos aqui a Comissão de Assuntos Municipais, este projeto já teria sido votado e aprovado, do interesse dos pequenos e médios municípios do Paraná.

Nos últimos cinco anos, se os treze maiores municípios detinham 45% do ICMS, hoje detém 50,3 do ICMS. E a cada ano que passa, estes treze maiores municípios, progressivamente, irão empobrecendo os pequenos e médios municípios do interior do Paraná.

Atendendo à reivindicação do Prefeito de Ubitatã, no dia seis de agosto apresentamos um requerimento, nesta Casa, pedindo urgência na votação do Projeto de Lei n° 266/90.

Ainda, Sr. Presidente, não é para votar um convênio que as autoridades têm que se deslocar dos seus municípios. Não é com emendas paliativas, mas sim, com propostas concretas, objetivas e que restabeleçam a autonomia administrativa dos municípios.

Nós temos aqui, nesta Casa, desde o dia 20 de março deste ano, projeto de autoria do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, projeto paralisado, que trata da distribuição dos "royalties" aos municípios do Paraná. Votar este projeto também é importante, porque não vai beneficiar somente os municípios afetados pelas usinas, mas vai, sobretudo, beneficiar a todos os municípios, porque nenhum município ficará de fora deste importante projeto do Deputado Caíto Quintana.

Então, hoje, se estão aqui as autoridades, se estão aqui os Deputados, é importante votar todas estas matérias, inclusive os convênios apresentados pelo Poder Executivo, para que possamos restabelecer a dignidade da representação política do Prefeito, do vereador e da comunidade. E que sobretudo esta Casa haverá de respeitar.

Por isso, Deputado Caíto Quintana, faço mais um apelo a Vossa Excelência, diante do desafio que aceitou na última quarta-feira, de colocar o Projeto n° 266/90, que trata da redistribuição do ICMS. Vamos também votar a Comissão de Assuntos Permanentes dos Municípios, vamos votar também o pagamento dos "royalties" dos Municípios, porque acima de tudo, estaremos devolvendo a eles aquilo que o Estado e que a União tomam indevidamente e não contri-

bui para a construção de suas grandes obras.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, só para um esclarecimento.

O projeto de "royalties" para os municípios tem uma lei complementar, de minha autoria, que está na Casa, já apresentada, para votação.

O SR. RUBENS BUENO - Eu acabei de dizer, Deputado Caíto Quintana, o Projeto n° 152/90 de 20 de março deste ano.

Eu estou fazendo novamente o apelo a Vossa Excelência, para que recoloque na pauta das discussões, para que este projeto seja aprovado. É este o apelo que eu faço a Vossa Excelência.

Posso confirmar a concordância de Vossa Excelência?

O Sr. Caíto Quintana - Perfeitamente, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

#### ORDEM DO DIA.

Antes, porém, quero dizer aos Deputados Caíto Quintana e Rubens Bueno, que à Mesa não cabe responsabilidade da instalação das comissões. As comissões são independentes. Elegem seus presidentes e designam os seus relatores. A Mesa quer reafirmar que nenhuma Comissão ainda foi instalada, não cabendo culpa a esta Presidência.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, para esclarecimento de Vossa Excelência.

Em nenhum momento nós falamos da tramitação de projetos nas comissões técnicas. Falamos da criação da Comissão Permanente de Assuntos Municipais, que ainda não consta do Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente, mas Vossa Excelência alegou que tivesse Comissões instaladas, este projeto já teria sido votado.

O Sr. Rubens Bueno - Porque transferimos à pressão democrática dos interessados...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só que a Mesa não tem culpa da não instalação das Comissões.

Quero que fique bem claro isso.

O Sr. Rubens Bueno - Mas nós precisamos criar esta Comissão importante. É este o assunto que eu trouxe, em tela.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai apresentar, nestes dias, o novo Regimento Interno. E vamos incluir a emenda de Vossa Excelência.  
Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, com apoio do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei n° 498/90, que será lido pelo Sr. 1° Secretário.

Suspendo a leitura e essa emenda só poderá ser apreciada em Segunda Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Preferência de votação aos Projetos de Lei n°s 498, 494 e 470/90. - Prejudicado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Há um requerimento meu à Mesa de quinta-feira, pedindo preferência de votação ao Projeto de minha autoria, n° 339/90.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os requerimentos não votados na sessão, ficam prejudicados.

Em votação o requerimento do Deputado Caíto Quintana. Os Senhores Deputados que aprovam a preferência de votação aos Projetos n°s 498, 494 e 470/90, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Eu tenho o direito de me levantar e me pronunciar, Senhor Presidente.

Havia feito na quarta-feira um desafio e foi aceito em termos de apelo pelo Senhor Líder da Bancada do Governo. Reitero então que o Senhor Líder da Bancada coloque também o Projeto de Lei n° 266/90, conforme foi aqui assumido neste Plenário.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Se Vossa Excelência, Senhor Presidente, aceitar como adendo, eu passo já na Mesa para que seja incluído também nas preferências de votações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deve encaminhar o requerimento, enquanto isso eu procedo à votação desta matéria.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) - (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e sete Srs. Deputados responderam à chamada. Não há quórum para votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 266/90, de autoria dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação-ICMS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 42, de 24.04.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei n° 339/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui 1.991, como o "Ano dos Transplantes"; cria a "Cruzada de Doação de Órgãos Passíveis de Serem Transplantados"; fixa para realização do "Encontro Estadual sobre Transplantes", determina a promoção de concurso de reportagens e monografias e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 68, de 07.06.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 365/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que dispõe sobre o fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresa do Setor Produtivo do Estado do Paraná-FPR e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

(Publ. no D.A. n° 77, de 26.06.90).

368/90, 470/90, 488/90, 494/90,  
498/90, 266/90, 339/90 e 365/90.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu apenas gostaria de registrar em Ata a ausência de quatro Deputados da cidade de Maringá, que prejudicaram inclusive a votação da matéria em pauta que seria suplementação de verba orçamentária. É lamentável isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será registrado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2422, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2423, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo Autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 349/89.

##### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 142/89, 239/90, 458/90, 499/90 e 518/90.

##### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 367/90, 508/90, 515/90, 520/90 e 528/90.

##### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

Levanta-se a sessão.

#### Ato da Comissão Executiva.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

#### DECRETO LEGISLATIVO N° 302/90

aposentar proporcionalmente nos termos do Art. 138, inciso II, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 35, III, letras "C" e "D" da nova Constituição Estadual; e, Artigos 132 e parágrafos; 140, inciso I; 170 e parágrafo único da mesma Lei n° 6174, JOAO FARINHAK, matrícula n° 210, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - Nt - 1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e proporcionais ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à simbologia 1-F, incorporada: cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02-64; cinco (05) quinquênios incorporados; e, cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme o Art. 6°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n° 7578/90).

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 25.10.90

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

1° Secretário

WERNER WANDERER

2° Secretário

PASSIVO

PATRIMÔNIO	
Patrimônio Líquido .....	23.164.938,43
RECEITA	
Renda de Contribuições .....	41.386.444,67
Renda de Aplicações.....	120.476.309,68
Outras Rendas.....	1.666,64
	<u>161.864.420,99</u>

ATIVO

CIRCULANTE	
CONTAS CORRENTES	
Banestado .....	529.005,20
Bamerindus .....	190,71
	<u>529.195,91</u>
APLICAÇÕES	
Bamerindus F.N.I.....	8.599.408,22
POUPANÇA	
Banestado .....	130.548,82
Bamerindus .....	316.738,77
	<u>447.287,59</u>
	9.575.891,72
VALORES EM NCz\$ A ORDEM DO BACEN	
APLICAÇÕES	
Banestado.....	3.405,96
Bamerindus.....	1.715.217,86
	<u>1.718.623,82</u>
POUPANÇA	
Banestado.....	34.218.964,30
Bamerindus.....	67.297.488,42
	<u>101.516.452,72</u>
INVESTIMENTOS	
Banestado C/Ouro.....	7.595.193,73
Bamerindus C/Ouro.....	15.720.426,00
	<u>23.315.619,73</u>
	126.550.696,27
IMOBILIZADO	
Móveis e Utensílios.....	5.230,00
DESPESAS	
Aposentados .....	37.975.793,02
Ajuda de Custo.....	360.775,96
Materiais de Consumo .....	10.692,20
IOF.....	9.853.061,52
Imp. Renda s/ Rend. Aplic.....	389.013,03
Imp. Estad. s/Rend. Aplic.....	13.590,97
Despesas Bancárias.....	155.899,93
Seguros.....	138.714,80
	<u>48.897.541,43</u>

TOTAL DO ATIVO ..... 185.029.359,42

TOTAL DO PASSIVO..... 185.029.359,42

LAURO LOBO ALCANTARA  
Tesoreroiro

WERNER WANDERER  
Presidente

VICENTE P. RODACKI  
Contador CRC-PR 6635